



O ORÁCULO QUE NÃO ACONTECEU: PROFECIAS E CUMPRIMENTOS

Teologia · Pneumatologia · 24 de julho de 2026

"Ainda quarenta dias, e Nínive será subvertida." (Jonas 3.4)

"E Deus viu as obras deles, como se converteram do seu mau caminho; e Deus se arrependeu do mal que tinha dito lhes fazer, e não o fez." (Jonas 3.10)

I. A pergunta que precisa ser desmontada antes de ser respondida

A objeção chega quase sempre no mesmo formato, e o formato é parte do problema. Perguntam se uma profecia que não se cumpre pode ter vindo de Deus, citam Deuteronômio 18.22 como se o versículo fosse uma máquina de triagem automática, e concluem que o expansionista está preso entre duas saídas igualmente humilhantes: ou admite que a profecia contemporânea é falsa profecia e portanto abandona o campo, ou admite que ela é palavra genuína de Deus e portanto deve ser copiada, encadernada e acrescentada ao cânon. A pergunta é apresentada como dilema e recebida como dilema, e o cristão que a recebe começa a discutir dentro dos termos do adversário antes de perguntar se os termos são bíblicos. Aqui está a primeira coisa que precisa ser dita com clareza: a pergunta, tal como formulada, contém quatro confusões de categoria empilhadas, e nenhuma delas foi produzida pela Escritura.

Confunde-se, primeiro, o que Deus disse com o evento que se seguiu, como se toda palavra divina fosse uma predição de acontecimento e como se todo anúncio de acontecimento fosse incondicional. Confunde-se, segundo, o ato divino de revelar com o ato humano de compreender e o ato humano de enunciar, como se os três fossem um só e como se a falha em qualquer um deles condenasse os outros dois. Confunde-se, terceiro, a veracidade de uma palavra com sua canonicidade, como se tudo o que Deus fala devesse constar no volume escrito, tese que a própria Escritura desmonta em meia dúzia de textos. Confunde-se, quarto, o critério de reconhecimento público estabelecido em Deuteronômio 18 com uma definição exaustiva da natureza da profecia, quando o texto oferece uma regra prática de segurança para o povo e não um tratado sobre o gênero.

O escrituralista não trabalha assim. Ele recebe o axioma de que Deus falou e de que sua fala é verdadeira, e daí deduz. Nenhum critério humano de plausibilidade governa a Escritura; a Escritura governa os critérios. Portanto, se a Escritura registra ao mesmo tempo o teste do cumprimento e casos explícitos de oráculos divinos cujo evento anunciado não ocorreu, a conclusão obrigatória impõe-se sozinha: a leitura mecânica do teste é falsa, porque a Escritura não se contradiz. Este artigo demonstrará essa conclusão passo a passo, mostrará a estrutura que Deus mesmo publicou para governar a matéria, e depois devolverá a pergunta ao remetente, porque o critério com que ele nos ataca, aplicado com honestidade, expulsa Jonas, Isaías e Ezequiel do ofício profético.

Antes de começar, um esclarecimento que evita que a tese seja caricaturada. Nada do que segue serve para acobertar charlatão, para desculpar quem inventa oráculo, para transformar o dom de profecia em licença de irresponsabilidade ou para relativizar a obrigação de julgar tudo o que se apresenta como palavra de Deus. Cheung foi explícito ao tocar no assunto: uma profecia pode ser verdadeira no momento e no contexto em que foi dada e depois deixar de se aplicar porque algo mudou, às vezes em resposta à própria profecia, e ainda assim a profecia deve ser julgada, sem que se desculpe a profecia falsa.¹ O ponto do artigo é que existe uma diferença real entre a palavra revogada por decisão divina publicada e a palavra fabricada por presunção humana, e que o adversário, ao recusar essa diferença, acaba condenando o texto sagrado junto com o alvo que pretendia atingir.

II. O texto que eles citam, lido inteiro

Deuteronômio 18 não começa no versículo 21. Começa com o sustento dos levitas, avança para a proibição das artes ocultas praticadas pelas nações que Israel iria desalojar, apresenta a promessa do Profeta semelhante a Moisés a quem o povo deve ouvir sob pena de juízo, e só então chega ao problema administrativo que o capítulo precisa resolver. O problema é este: Deus prometeu falar por meio de profetas, o povo tem obrigação de ouvir o profeta verdadeiro, e existe gente disposta a explorar essa obrigação. Quem fala em nome de outros deuses está resolvido de saída. Resta o caso mais perigoso, o do homem que usa o nome do Senhor.

O versículo 20 define o crime com precisão que o adversário costuma atravessar sem ler: "o profeta que presumir soberbamente de falar alguma palavra em meu nome, que eu lhe não mandei falar". O objeto da condenação capital é a presunção, o ato de atribuir a Deus uma palavra que Deus não deu. O crime está na origem do oráculo, não no seu desfecho. Um homem que fabrica revelação já é réu no instante em que abre a boca, independentemente do que aconteça depois, e o texto não sugere em nenhum momento que sua culpa dependa do calendário.

O versículo 21 registra a dificuldade prática do povo: "como conheceremos a palavra que o Senhor não falou?". A pergunta é epistêmica. O israelita comum não tem acesso ao interior do profeta, não pode auditar a origem do oráculo, e precisa de um procedimento público que funcione com informação disponível. O versículo 22 concede esse procedimento: quando o profeta falar em nome do Senhor e a coisa não seguir nem acontecer, aquela palavra o Senhor não falou; com soberba a falou o profeta, e o povo não deve temê-lo.

Repare no que o texto entrega e no que o texto não entrega. Ele entrega um sinal negativo de segurança, com uma consequência prática explícita: não te atemorizes com ele. A finalidade declarada é libertar o povo do medo diante de um homem que se apresenta com autoridade divina. Ele não entrega uma definição de profecia, não entrega uma teoria do cumprimento, não entrega uma cláusula sobre prazos, não entrega instrução alguma sobre oráculos condicionais, e não entrega a recíproca. Extrair dele uma bicondicional lógica exige acrescentar ao texto premissas que o texto não contém, procedimento que o adversário chamaria de eisegese se outro o fizesse.

Formalizemos, porque a formalização torna o abuso visível. O texto afirma: se a palavra não acontece, então o Senhor não a falou. O adversário usa o texto como se ele afirmasse: a palavra acontece se e somente se o Senhor a falou. A segunda proposição contém a primeira e acrescenta a recíproca, isto é, que todo cumprimento comprova origem divina. Essa recíproca não está em Deuteronômio 18, e a Escritura a nega explicitamente cinco capítulos antes.

III. O critério que se destrói sozinho: Deuteronômio 13 contra a leitura mecânica

Deuteronômio 13.1 a 5 trata do profeta ou sonhador que dá um sinal ou prodígio, e o texto concede a hipótese sem hesitação: "e suceder o tal sinal ou prodígio, de que te houver falado". O sinal acontece. A predição se cumpre. O homem entrega exatamente aquilo que o adversário considera prova de credencial divina. E o veredito de Deus é que esse profeta deve morrer, porque convidou o povo a seguir outros deuses, e porque o Senhor estava provando Israel para saber se amava o Senhor de todo o coração.

Ponha os dois capítulos lado a lado e a leitura mecânica desmorona. Se o cumprimento fosse condição suficiente para reconhecer o profeta verdadeiro, Deuteronômio 13 seria falso. Se o não cumprimento fosse condição necessária para identificar o falso, Deuteronômio 13 seria supérfluo, porque bastaria esperar. A Escritura mantém os dois textos porque eles operam em níveis distintos e porque a doutrina antecede o fenômeno. O teste primário é doutrinário: o profeta que chama para outro deus está condenado com sinal cumprido na mão. O teste secundário é fenomênico e negativo: o homem cuja palavra não sucede não deve ser temido.

A ordem entre os dois testes tem consequências que atingem o adversário no ponto em que ele se julga mais seguro. Ele apresenta o cumprimento como o filtro objetivo, quantificável, imune à subjetividade carismática, e apresenta a doutrina como o filtro secundário que se aplica depois. A Escritura inverte a ordem. O conteúdo julga o sinal; o sinal jamais absolve o conteúdo. Um homem que profetiza com precisão de cronômetro e conduz o povo para longe da Palavra é réu de morte. Um homem cuja palavra não sucedeu, mas que não fabricou oráculo algum, está sob uma categoria que Deuteronômio 18 sequer contempla, porque Deuteronômio 18 fala do presunçoso.

Esse é o primeiro golpe na estrutura do adversário, e ele vem inteiramente de dentro do Pentateuco. O critério que ele usa como guilhotina foi dado por Deus com escopo limitado, com finalidade pastoral declarada e com um critério anterior que o governa. Quem toma um instrumento subordinado e o promove a princípio supremo produz erro em todo o sistema que constrói sobre ele.

IV. Os casos: profetas verdadeiros cujo anúncio não ocorreu

Passemos dos princípios aos registros, porque a Escritura não deixou a questão no plano abstrato. Ela narra episódios em que uma palavra reconhecidamente divina anunciou um acontecimento que não veio.

Jonas é o caso mais nítido e o mais constrangedor para o adversário. O oráculo tem oito palavras no hebraico e nenhuma cláusula visível: ainda quarenta dias, e Nínive será subvertida. Não há "se", não há "a menos que", não há "caso não se arrependam". Os quarenta dias passaram. Nínive não foi subvertida. O texto informa que Deus viu as obras dos ninivitas e não fez o mal que dissera que faria. E o profeta que pronunciou o oráculo é o mesmo Jonas, filho de Amitai, que 2 Reis 14.25 identifica como servo do Senhor por meio de quem o Senhor falou sobre as fronteiras de Israel. Ele é profeta autenticado pelo cânon, seu livro está no cânon, e o evento que ele anunciou em nome de Deus não ocorreu.

Aplique o critério do adversário. Passados os quarenta dias, o ninivita que aderisse à leitura mecânica concluiria que aquela palavra o Senhor não falou, que Jonas a proferiu com soberba, e que o povo não devia temê-lo. Concluiria isso exatamente no momento em que a cidade acabara de ser poupada pela misericórdia de Deus em resposta à pregação de Jonas. O critério, aplicado com o rigor que exigem de nós, transforma o instrumento da salvação de Nínive em réu capital. Um critério que produz esse resultado não pode ser o critério que Deus estabeleceu.

A reação de Jonas fecha a questão de modo que não sobra espaço para a saída de que o oráculo era secretamente condicional e todos sabiam. O profeta se irou e disse a razão: sabia que Deus é misericordioso e que se arrepende do mal. Ele previu a revogação e fugiu justamente para não ser o arauto de um anúncio que Deus poderia suspender. Quer dizer: a estrutura era conhecida do profeta, o oráculo foi dado sem a cláusula explícita, e o desfecho confirmou a estrutura. A palavra foi de Deus. O evento não veio. Ambas as proposições são verdadeiras, e a Escritura as afirma no mesmo livro sem sinal de embaraço.

O segundo caso é Ezequias, e sua força está em que os dois oráculos contraditórios vieram pela boca do mesmo profeta no mesmo dia. Isaías, enviado pelo Senhor, disse ao rei: põe em ordem a tua casa, porque morrerás e não viverás. Ezequias virou o rosto para a parede, orou, chorou, e antes que Isaías saísse do meio do pátio veio a palavra do Senhor dizendo que voltasse e anunciasse ao rei que sua oração fora ouvida e que quinze anos seriam acrescentados aos seus dias. O primeiro oráculo veio de Deus. O primeiro oráculo não se cumpriu. Não há como salvar a leitura mecânica aqui, porque o intervalo entre a palavra e a revogação foi de minutos e porque o instrumento foi o mesmo profeta.

Cheung explorou esse episódio com uma consequência que a tradição reformada padrão evita: Deus quer que saibamos que, mesmo quando ele declara na cara de um homem, por meio de um profeta da estatura de Isaías, que aquele homem vai morrer, ainda assim o homem pode orar e receber sua cura, e isso ocorre precisamente porque Deus é soberano.² Note-se onde ele localiza o fundamento. A revogação não é falha de Deus nem exceção à soberania; é exercício da soberania na forma que Deus mesmo publicou. O calvinista que treme diante disso normalmente treme porque construiu uma doutrina do decreto que exclui a interação que Deus revelou, o que significa que sua doutrina da soberania é menor que a bíblica.

O terceiro caso é Ezequiel, e é o mais técnico dos três. Ezequiel 26 anuncia contra Tiro que Nabucodonosor tomaria a cidade, e o oráculo é detalhado, com aríetes, cavalos, muralhas derrubadas e pedras lançadas nas águas. Ezequiel 29.18 a 20 registra que Nabucodonosor fez seu exército prestar grande serviço contra Tiro, que toda cabeça se tornou calva e todo ombro se pelou, e que dele e de seu exército não houve paga por causa do serviço prestado. Deus então concede o Egito como compensação. A Escritura reconhece a diferença entre o anunciado e o obtido, e a reconhece na voz do próprio Deus, sem retratação e sem constrangimento.

O quarto caso está em 1 Samuel 2.30, e é o mais explícito de todos quanto à estrutura, porque Deus cita a si mesmo e depois revoga: "Na verdade, tinha dito eu que a tua casa e a casa de teu pai andariam diante de mim perpetuamente; porém agora diz o Senhor: Longe de mim tal coisa". A palavra anterior existiu, foi de Deus, e foi retirada em razão do procedimento da casa de Eli. O quinto caso está em 1 Reis 21.29, onde a sentença anunciada contra Acabe é adiada para os dias de seu filho porque Acabe se humilhou.

Cinco episódios, cinco livros, cinco contextos, e um mesmo padrão. A Escritura não trata nenhum deles como problema a ser resolvido. Trata todos como exercício normal do governo divino. Quem os trata como problema importou de fora uma teoria da profecia e agora precisa defender a teoria contra o texto.

V. A cláusula publicada: Jeremias 18 como chave de leitura de todo

oráculo administrativo

Deus não deixou o padrão implícito para que teólogos o inferissem. Ele o formulou como norma geral, em linguagem legislativa, no capítulo do oleiro.

"No momento em que eu falar contra uma nação e contra um reino para arrancar, para derribar e para destruir, se a tal nação, contra a qual falar, se converter da sua maldade, também eu me arrependerei do mal que lhe cuidava fazer. E no momento em que eu falar de uma nação e de um reino, para edificar e para plantar, se fizer o mal diante dos meus olhos, não dando ouvidos à minha voz, então me arrependerei do bem que tinha dito lhe faria" (Jeremias 18.7 a 10).

Isto é uma cláusula geral publicada, e sua publicação altera a interpretação de todo oráculo do gênero. Quando Deus declara antecipadamente que anúncios de juízo contra nações estão sujeitos à revogação mediante conversão, e que anúncios de bem estão sujeitos à revogação mediante apostasia, a ausência da condição no oráculo particular deixa de ser omissão e passa a ser economia de linguagem. A condição foi dita uma vez, para valer sempre, no lugar próprio. Jonas sabia disso, e por isso fugiu. Nínive intuiu isso, e por isso o rei disse "quem sabe se se voltará Deus, e se arrependerá". Os ninivitas não estavam corrigindo a palavra de Jonas; estavam lendo o oráculo dentro da estrutura que o Deus de Israel havia tornado pública.

Cheung extraiu de Jeremias 18 três observações que merecem ser recuperadas porque desarmam simultaneamente o arminiano e o calvinista tímido. A passagem é uma declaração da soberania de Deus e não da liberdade do homem, pois o oleiro dispõe do barro. A soberania de Deus funda sua interação com os homens em vez de destruí-la, de modo que ele é soberano para arrepender-se do desastre quando os homens se convertem e soberano para arrepender-se do bem quando eles se desviam. E nossa pregação deve refletir essa interação, porque a situação do ouvinte deve provocar uma resposta e essa resposta influencia o resultado.³ Quem lê o capítulo como concessão à autonomia humana não leu o versículo 6. Quem o lê como se anulasse a interação não leu os versículos 7 a 10.

O ocasionalista tem aqui uma vantagem que o adversário não possui, e convém dizê-la sem rodeios. Se Deus é a causa imediata de todas as coisas, então ele é a causa do oráculo pronunciado por Jonas, a causa do arrependimento produzido nos ninivitas, e a causa da suspensão do juízo anunciado. Não há três agentes negociando, não há informação nova chegando ao trono, não há decreto sendo corrigido por evento imprevisto. Há um único decreto que inclui o anúncio, a resposta e o desfecho como momentos ordenados de uma única obra. A linguagem do arrependimento divino descreve a mudança na relação administrativa de Deus com a nação, e a imutabilidade descreve seu conselho eterno. Quem não distingue essas duas coisas terá de escolher entre negar Números 23.19 e negar Jonas 3.10, e ambas as escolhas são apostasia.

Note-se também o que a cláusula produz quanto ao propósito do oráculo. O anúncio de juízo é dado para que o juízo seja evitado. Ele alcança seu fim quando produz conversão, e nesse caso o evento anunciado não acontece precisamente porque a palavra funcionou. Exigir que todo oráculo de juízo se cumpra no evento é exigir que a pregação profética fracasse sempre em seu propósito declarado. O adversário, sem perceber, transformou a esterilidade da palavra em critério da sua autenticidade.

VI. O que Jeremias 28.9 realmente estabelece

O segundo texto que costumam empilhar contra nós é Jeremias 28.9, e a citação quase sempre chega truncada. O versículo diz: "O profeta que profetizar paz, quando se cumprir a palavra desse profeta, será conhecido que o Senhor o enviou na verdade".

Leia a restrição. Jeremias não aplica o teste do cumprimento à profecia em geral. Aplica-o à profecia de paz. E a razão é evidente no contexto, que é o confronto com Hananias, o profeta que anunciava a quebra do jugo babilônico dentro de dois anos enquanto Jeremias anunciava setenta anos de cativeiro. Jeremias acabara de lembrar que os profetas que precederam a ambos profetizaram guerra, fome e peste contra muitos reinos, e é diante desse pano de fundo que ele formula a regra restrita: o anúncio de paz é o que carrega o ônus da confirmação.

A assimetria tem fundamento e o fundamento é Jeremias 18. O anúncio de juízo pode ser revogado pela conversão do ouvinte, de modo que seu não cumprimento admite explicação legítima dentro da estrutura publicada por Deus. O anúncio de paz não dispõe da mesma saída, porque não há resposta piedosa do ouvinte capaz de converter uma promessa de bem em desastre; a única revogação prevista para o anúncio de bem é a apostasia, e o falso profeta que anuncia paz está justamente prometendo bem a quem persiste na apostasia. Por isso o profeta de paz precisa entregar. Por isso Hananias morreu no mesmo ano.

O adversário toma um versículo cuja formulação restringe cuidadosamente o escopo do teste e o usa para universalizar o teste. Faz o oposto do que o texto faz. E o mais notável é que ele extrai essa universalização de um capítulo cujo contexto imediato demonstra que o profeta verdadeiro daquela cena, Jeremias, estava anunciando setenta anos de cativeiro, prazo cujo cumprimento nenhum contemporâneo seu viveria para verificar. Se o cumprimento verificável fosse o critério operante, Jeremias teria sido descartado e Hananias teria sido seguido, que foi exatamente o que a maioria fez.

VII. Três atos distintos: revelação, recepção, enunciação

Até aqui tratamos do caso em que o oráculo é revogado por decisão divina publicada. Existe uma segunda classe de casos, e a confusão entre as duas classes é responsável por metade do debate. Trata-se dos casos em que a revelação divina é perfeita e a transmissão humana é imperfeita.

É preciso separar três atos. O primeiro é a revelação, ato de Deus, e é infalível pela natureza de quem a realiza. O segundo é a recepção, ato do homem que recebe, e sua qualidade depende de Deus conceder ou não compreensão exaustiva do que foi revelado. O terceiro é a enunciação, ato do homem que fala, no qual entram vocabulário, moldura interpretativa, aplicação, tempo verbal, detalhe circunstancial e tudo o mais que um homem acrescenta quando converte o que recebeu em frases dirigidas a outros homens.

A Escritura reconhece essa estrutura sem constrangimento. Os profetas indagavam e escrutavam sobre a salvação anunciada, investigando que tempo ou que ocasião indicava o Espírito de Cristo que neles estava (1 Pedro 1.10 a 11), o que significa que a revelação recebida não veio acompanhada de compreensão exaustiva de seu próprio conteúdo. Daniel ouviu e não entendeu, e disse que ouviu e não entendeu (Daniel 12.8). Paulo declara que conhecemos em parte e profetizamos em parte (1 Coríntios 13.9), e a segunda metade da frase é sistematicamente ignorada por quem cita a primeira. A profecia parcial não é profecia falsa; é profecia parcial, e a parcialidade pertence ao regime presente por declaração apostólica.

Agora observe o que isso faz com o texto sagrado. A inspiração da Escritura não é uma instância do dom de profecia; é uma operação distinta, na qual Deus governou o resultado escrito de modo que o produto final fosse inteiramente sua palavra. O profeta que fala numa reunião não está sob essa operação, e nunca esteve, o que já se via no Antigo Testamento, onde centenas de profetas falaram sem que uma linha fosse preservada. Quem exige da profecia contemporânea a qualidade do texto inspirado está exigindo que uma operação produza o efeito de outra operação, o que é erro de categoria, e Cheung observou que os cessacionistas cometem esse erro de categoria com regularidade quando falam de profecias, revelações e a escrita das Escrituras.⁴

Daí decorre a resposta ao caso de Ágabo, que costuma ser mobilizado dos dois lados com igual falta de cuidado. Ágabo anunciou em Atos 21 que os judeus atariam Paulo em Jerusalém e o entregariam nas mãos dos gentios. O que se lê em seguida é que a multidão judaica tentou matá-lo, que o tribuno romano o resgatou e mandou atá-lo com duas cadeias. O núcleo revelado ocorreu: prisão em Jerusalém e transferência para custódia gentia. A moldura de detalhe apresentou distância em relação ao registrado. Paulo tratou a palavra como palavra de Deus, ajustou sua disposição interior a ela e seguiu para Jerusalém. Ninguém no texto acusa Ágabo, ninguém propõe apedrejá-lo, e Lucas continua a chamá-lo profeta. A conduta apostólica diante do episódio é o padrão que devemos imitar, e ela não se parece nem com o entusiasmo que engole tudo, nem com a inquisição que exige precisão notarial sob pena de morte.

VIII. A objeção da falibilidade e o suicídio do adversário

Chegamos ao coração polêmico da questão, e aqui o método apagógico entrega o serviço.

A objeção, formulada com clareza pelo interlocutor que escreveu a Cheung, é que sob a lógica continuísta qualquer revelação espiritual é falível, porque a revelação em si é infalível mas Deus não concede ao receptor uma compreensão infalível dela, e por isso os opositores preferem as revelações bíblicas, que foram perfeitamente interpretadas.⁵ A pergunta que fecha a objeção é: se é falível, por que insistir?

A resposta destrói quem pergunta. Se a falibilidade da interpretação humana desqualifica aquilo que é interpretado, então a interpretação da Bíblia está desqualificada, porque o cessacionista não sustenta que suas interpretações da Bíblia sejam infalíveis. Cheung levou a consequência até o fim: quem usa essa desculpa da interpretação falível destrói todas as suas doutrinas, incluindo a existência de Deus, a expiação de Cristo e, evidentemente, a doutrina do cessacionismo.⁶ O argumento não tem freio interno. Ele foi construído para atingir a profecia contemporânea e atinge tudo o que passa por mente humana, o que inclui cada sermão, cada comentário, cada confissão, cada seminário e cada refutação do carisma escrito pelo próprio objetor.

Reformule a coisa como silogismo e a ruína fica visível. Se toda mediação humana falível anula a autoridade daquilo que é mediado, e se a exegese cessacionista é mediação humana falível, então a exegese cessacionista não tem autoridade. Se a exegese cessacionista não tem autoridade, então a doutrina do cessacionismo não tem autoridade. O adversário empunha uma arma que dispara para trás e insiste em apontá-la para nós.

A saída honesta é a que a Escritura já indicou, e ela não passa pela infalibilidade do receptor. Passa pelo dever de julgar. "Não desprezeis as profecias. Examinai tudo. Retende o bem" (1 Tessalonicenses 5.20 a 21). "E falem dois ou três profetas, e os outros julguem" (1 Coríntios 14.29). Estes mandamentos pressupõem exatamente aquilo que o objetor considera intolerável: que existe material profético cuja qualidade precisa ser avaliada, que a avaliação pode resultar em rejeição parcial, e que a possibilidade de rejeição não autoriza o desprezo do gênero. Se toda profecia fosse infalível na enunciação, a ordem de julgar seria supérflua e o mandamento apostólico seria ruído. O adversário, ao exigir infalibilidade, transforma 1 Coríntios 14.29 em letra morta, e ao proibir a profecia torna impossível obedecer ao mandamento de julgá-la. Cheung apontou a inversão com exatidão: a Bíblia nos manda julgar profecias e aparições, e a doutrina do cessacionismo as elimina por princípio, impedindo na prática que as pessoas obedeçam à Bíblia, que ordena julgar essas coisas pela palavra de Deus.⁷

Há aqui uma assimetria de exigência que precisa ser nomeada, porque ela é o motor psicológico do debate. O cessacionista exige de nós um padrão que ele não aplica a si, não aplica aos seus mestres, não aplica aos seus credos e, o que é decisivo, não encontra aplicado no texto sagrado. Ele exige que toda palavra profética contemporânea se cumpra com precisão notarial sob pena de o falante ser declarado

falso profeta, enquanto pertence a uma tradição cujos maiores nomes divergem entre si em escatologia, sacramentos, governo eclesiástico e ordem da salvação, sem que ninguém proponha aplicar-lhes Deuterônômio 18. Ele exige de um irmão que orou por um doente e disse uma palavra de encorajamento o rigor que não exige do comentarista que errou a data do Apocalipse por dezoito séculos.

IX. Por que não é cânon: a independência entre veracidade e canonicidade

Resta a pergunta que eles consideram o golpe final: se você admite que Deus fala hoje, por que não escreve isso e acrescenta à Bíblia? A pergunta supõe que veracidade e canonicidade sejam a mesma propriedade, e a suposição é desmentida pela própria Escritura em série.

Obadias escondeu cem profetas do Senhor em duas covas e os sustentou com pão e água durante a perseguição de Jezabel (1 Reis 18.4). Cem profetas do Senhor. Nenhuma linha deles no cânon. Eram falsos por isso? Havia companhias de profetas em Betel, em Jericó e em Gilgal, cinquenta homens em um dos grupos (2 Reis 2.5 a 7), e delas não temos oráculo escrito. Natã e Gade escreveram registros, e 1 Crônicas 29.29 os menciona como fontes, e não os possuímos. Paulo escreveu aos coríntios uma carta anterior a que ele mesmo se refere (1 Coríntios 5.9), e ela não está no cânon. As filhas de Filipe profetizavam (Atos 21.9), e não temos uma sentença sequer do que disseram.

O dado bíblico é, portanto, inequívoco: a quantidade de palavra divina genuína excede em muito a quantidade de palavra divina escriturada. Se veracidade implicasse canonicidade, o cânon teria de conter tudo isso e não contém. Logo, veracidade não implica canonicidade. A conclusão está estabelecida por dedução a partir do texto e não por conveniência expansionista.

O que determina a canonicidade, então? A decisão de Deus de produzir um documento público, permanente e normativo para todo o seu povo em todas as gerações. Uma palavra dirigida a um homem numa hora determinada não possui essa função, não pretende possuí-la e não a adquire por ser verdadeira, se Deus assim quiser. A profecia contemporânea, quando genuína, ocupa a mesma posição funcional daqueles cem profetas nas covas: palavra de Deus para aquele momento, sem vocação documental, sem autoridade normativa universal e sem pretensão de acrescentar cláusula ao que já foi escrito.

Convém dizer com todas as letras que essa é também a posição do autor que os cessacionistas escolhem como caricatura do fanatismo. Cheung afirma, ao encerrar seu ultimato contra o cessacionismo, que não haverá mais desenvolvimento na revelação escrita de Deus para alterar o que Deus disse.⁸ A frase está no mesmo parágrafo em que ele exige que os cessacionistas acreditem que todo o povo de Deus pode receber profecias e milagres pela fé. Quem construiu uma carreira alertando que o expansionismo produz uma Bíblia aberta está combatendo alvo que não existe, e continuará combatendo alvo que não existe depois de ler esta seção, porque o alvo nunca foi construído a partir de leitura.

Vale ainda notar a inversão que o adversário produz no texto que ele mais usa nesta matéria, Efésios 2.20. Ele lê o fundamento dos apóstolos e profetas como conjunto de revelações ao qual nada pode ser acrescentado, e conclui pelo fim da operação profética. Cheung mostrou que a metáfora descreve pessoas e não doutrinas, que o texto trata da incorporação dos gentios ao povo de Deus, e que a lógica do edifício exige acréscimo de material sobre o fundamento, pois não se colocam cupcakes sobre uma fundação de cimento, colocam-se cimento e outros materiais de construção.⁹ A ironia é severa: se o fundamento fosse mesmo constituído de revelações, e se a construção deve continuar com material da mesma natureza, então a leitura cessacionista autorizaria acrescentar revelações à Escritura, que é exatamente a conclusão que ela pretendia bloquear. Nossa posição bloqueia essa conclusão; a deles a produz.

X. O que resta do teste, e como julgar de fato

Nada do que foi estabelecido revoga Deuteronômio 18. O teste permanece, com seu escopo próprio, e o cristão que ignora testes é tão desobediente quanto o que os absolutiza. O que muda é que o teste passa a ser aplicado como a Escritura o aplica, dentro do sistema em que a Escritura o inseriu. Deduzo do que foi exposto as seguintes regras de juízo.

Primeira, a doutrina julga antes do evento. Qualquer palavra que conduza para longe da Escritura, que altere o evangelho, que enalteça o falante ou que ligue o ouvinte a um homem está condenada com cumprimento na mão, por Deuteronômio 13. Este teste é primário, é imediato e dispensa espera.

Segunda, é preciso classificar o oráculo antes de cobrá-lo. Anúncio de juízo sobre pessoa ou comunidade traz a cláusula publicada em Jeremias 18 e admite revogação por conversão. Anúncio de bem a quem persiste no mal carrega o ônus reforçado de Jeremias 28.9. Promessa jurada por Deus na Escritura não admite revogação alguma, porque Deus jurou por si mesmo para mostrar a imutabilidade do seu conselho (Hebreus 6.17). Cobrar de um gênero o que pertence a outro é injustiça de método.

Terceira, é preciso separar o núcleo do enfeite. Quando alguém entrega uma palavra, pergunte o que foi realmente afirmado e o que foi acrescentado como moldura, aplicação ou detalhe. O caso de Ágabo ensina que o núcleo pode ser exato enquanto a moldura apresenta folga, e que a resposta apostólica a essa folga foi receber a palavra e agir, sem processo e sem escândalo.

Quarta, é preciso investigar a origem antes de sentenciar. Deuteronômio 18.20 condena a presunção, o ato de dizer em nome de Deus o que Deus não mandou dizer. Existe diferença real e mensurável entre o homem que fabrica oráculo para obter dinheiro, prestígio ou controle e o irmão imaturo que confundiu uma impressão com uma revelação. O primeiro merece a severidade do texto. O segundo merece correção, ensino e, se persistir, silenciamento no exercício público até que amadureça.

Quinta, a disciplina deve ser proporcional e deve existir. A ausência de disciplina no meio carismático produziu o desprezo do qual o cessacionista se alimenta, e o cristão sério não terá nenhuma dificuldade em admitir isso. A resposta ao abuso da profecia é a regulação da profecia, e Cheung formulou o princípio no capítulo em que trata da desordem coríntia: os ministérios sobrenaturais são tão essenciais que não devemos suspender nem mesmo o dom que está sendo mal utilizado, e a solução consiste em regular seu uso e aumentar a atenção naquilo que o equilibra.¹⁰ Paulo tinha diante de si uma congregação bagunçada e ordenou que buscassem com zelo o profetizar e que não proibissem o falar em línguas. O apóstolo regulou. O cessacionista amputa.

Sexta, quem se recusa a exercer o dom perde o direito de julgar quem o exerce. Cheung fez essa observação com dureza merecida: quem ignora os princípios básicos da profecia e o modo como Deus interage com os homens não está qualificado para julgar profecias nem para criticar quem profetiza, e quem exige responsabilidade dos que profetizam sem impor responsabilidade alguma a quem julga a profecia ou a quem descarta a prática inteira está aplicando dois pesos.¹¹ O juízo é mandamento apostólico dirigido a uma igreja que profetiza. Não é prerrogativa de espectador.

XI. A pergunta devolvida

Encerro invertendo o interrogatório, porque a posição do adversário nunca foi submetida ao rigor que ele nos impõe.

Se o não cumprimento de um anúncio prova falsidade do profeta, o que faremos com Jonas, cuja palavra não sucedeu no prazo que ele mesmo estipulou? Se a resposta for que o caso de Jonas envolve condição

implícita, então a condição implícita existe, e a admissão desmonta o teste mecânico, porque a mesma condição pode operar em qualquer anúncio de juízo em qualquer época. Se a resposta for que Jonas é exceção porque está no cânon, então o critério deixou de ser o cumprimento e passou a ser a canonicidade, o que significa que o adversário abandonou Deuteronômio 18 e passou a raciocinar em círculo: a palavra é de Deus porque está na Bíblia, e a palavra que não está na Bíblia não é de Deus porque não está na Bíblia.

Se a interpretação falível desqualifica a profecia, o que faremos com a interpretação falível da Escritura? Se a resposta for que a Escritura permanece objetivamente disponível para correção, então a mesma resposta serve à profecia, que a Escritura manda julgar por esse padrão objetivo. Se a resposta for que a profecia não dispõe de padrão externo, então o adversário desconhece 1 Coríntios 14.29 e 1 Tessalonicenses 5.21.

Se a genuinidade exige inclusão no cânon, o que faremos com os cem profetas nas covas de Obadias, com as companhias proféticas de Betel e Jericó, com os escritos perdidos de Natã e Gade, com a carta anterior de Paulo aos coríntios e com as quatro filhas de Filipe? Se a resposta for que eles são exceção da economia antiga, então o adversário precisará explicar por que a carta paulina perdida e as filhas de Filipe pertencem à economia antiga. Se a resposta for que a era apostólica era transicional, então ele terá construído a categoria "transicional" para abrigar tudo o que refuta sua tese, procedimento que na lógica se chama salvamento por hipótese ad hoc e que na teologia se chama recusa de submissão ao texto.

E se o cessacionismo é a doutrina bíblica, onde está o texto que o afirma? A questão foi posta e a inferência foi examinada. Hebreus 1.1 a 2 diz que Deus falou pelos profetas e depois falou pelo Filho, e disso não se segue que Deus deixou de falar, pois seguem-se com igual facilidade meia dúzia de conclusões incompatíveis com o cessacionismo, e a inferência que eles preferem é a única que o texto não sustenta.¹² O único texto que a Escritura oferece sobre a cessação das operações espirituais estabelece uma condição, e a condição é o estado no qual conheceremos como somos conhecidos e veremos face a face, quando profecia não terá propósito, cura não fará sentido em corpos indestrutíveis e línguas serão impossíveis para quem compreende todas as línguas.¹³ Enquanto essa condição não se realizar, o ônus permanece com quem afirma a suspensão.

XII. Veredito

Meu caro, a estrutura da acusação está desfeita e convém dizer o que sobra dela.

Sobra um critério real, dado por Deus, com escopo definido, subordinado ao critério doutrinário, aplicável dentro da estrutura que o próprio Deus publicou em Jeremias 18 e restringiu em Jeremias 28. Sobra o dever de julgar toda palavra, sem desprezo do gênero e sem covardia diante do abuso. Sobra a obrigação de disciplinar quem fabrica oráculo, porque a presunção continua sendo crime capital aos olhos de Deus. Sobra, para nós, a tarefa de honrar essas coisas melhor do que temos honrado, porque parte considerável do descrédito que recai sobre a profecia foi produzida por gente que jamais julgou nada e chamou isso de liberdade no Espírito.

O que não sobra é o dilema com que a conversa começou. Não estamos presos entre declarar falsa toda palavra que não se cumpriu e acrescentar capítulos à Bíblia. A Escritura registra oráculos divinos revogados, publica a cláusula que os governa, distingue a revelação da compreensão que dela se tem, ordena o juízo comunitário das profecias, e demonstra em série que palavra verdadeira de Deus e palavra escriturada são conjuntos distintos. Cada uma dessas proposições foi deduzida do texto, e o adversário terá de refutá-las no texto ou desistir da acusação.

Quanto à exigência que eles nos dirigem, ela merece uma última palavra. Um homem que interpreta a Bíblia falivelmente, prega falivelmente, escreve confissões falivelmente e diverge falivelmente de seus

próprios mestres exige de nós, sob pena de anátema, uma infalibilidade que Deus não concedeu a Jonas, que Deus não concedeu a Isaías diante de Ezequias, que Deus não concedeu ao anúncio contra Tiro e que Deus não prometeu a ninguém antes do face a face. Ele não está defendendo a Escritura. Está aplicando à obra do Espírito um padrão que a Escritura não conhece, para justificar a recusa de obedecer a mandamentos apostólicos expressos que continuam obrigando a Igreja: procurai com zelo o profetizar, não proibais o falar em línguas, não desprezeis as profecias, examinai tudo, retende o bem, e que os outros julguem.

Nós julgaremos. Julgar é mandamento e nós o cumpriremos com mais severidade do que eles imaginam, porque quem crê que Deus fala tem mais motivo para odiar a falsificação do que quem crê que Deus se calou. O que não faremos é obedecer a um critério que, aplicado com honestidade, condenaria o profeta que salvou Nínive, o profeta que anunciou a morte de Ezequias e o profeta que descreveu o cerco de Tiro. Um critério que expulsa do ofício os homens que Deus enviou não veio de Deus. Foi construído por homens que precisavam de uma regra capaz de sustentar uma doutrina que a Escritura não ensina, e é essa regra, e não a profecia, que deve ser levada ao tribunal.

Notas

1. Vincent Cheung, *Fulcro: Expansionismo vs. cessacionismo*, observação sobre a diferença entre profecia aparentemente falha e profecia falsa, com referência ao caso de Isaías.
2. Vincent Cheung, *Fulcro: Expansionismo vs. cessacionismo*, exposição do episódio de Ezequias e da aplicação da soberania divina à oração e à cura.
3. Vincent Cheung, *Fulcro: Expansionismo vs. cessacionismo*, as três observações extraídas de Jeremias 18.5 a 11 sobre soberania, interação e pregação.
4. Vincent Cheung, *Fulcro: Expansionismo vs. cessacionismo*, sobre os erros de categoria cometidos pelos cessacionistas ao tratar de profecias, revelações e a escrita das Escrituras.
5. Vincent Cheung, *Fulcro: Expansionismo vs. cessacionismo*, formulação da objeção sobre falibilidade apresentada pelo interlocutor no capítulo de respostas.
6. Vincent Cheung, *Fulcro: Expansionismo vs. cessacionismo*, resposta à desculpa da interpretação falível e suas consequências para todas as doutrinas do objeto.
7. Vincent Cheung, *Fulcro: Expansionismo vs. cessacionismo*, sobre o mandamento bíblico de julgar profecias e aparições e sua eliminação por princípio no cessacionismo.
8. Vincent Cheung, *Fulcro: Expansionismo vs. cessacionismo*, declaração de que não haverá mais desenvolvimento na revelação escrita de Deus.
9. Vincent Cheung, *Fulcro: Expansionismo vs. cessacionismo*, análise de Efésios 2.20, da metáfora do fundamento e do material da construção.
10. Vincent Cheung, *Fulcro: Expansionismo vs. cessacionismo*, princípio da regulação em lugar da suspensão dos ministérios sobrenaturais.
11. Vincent Cheung, *Fulcro: Expansionismo vs. cessacionismo*, sobre a inabilitação de quem julga profecias sem conhecer os princípios da profecia.
12. Vincent Cheung, *Fulcro: Expansionismo vs. cessacionismo*, demonstração de que o cessacionismo não se infere logicamente de Hebreus 1.1 a 2.
13. Vincent Cheung, *Fulcro: Expansionismo vs. cessacionismo*, sobre as condições exatas de cessação estabelecidas em 1 Coríntios 13.8 a 12.